COMISSÃO ÚNICA DE PARECERES

Presidente: Vereador Nilson Bartzsch

Vice-Presidente: Vereador Carlos Alberto Zangrande

Relator: Vereador Aldo Muller

Objeto: PARECER acerca do Projeto de Lei Executivo nº 052/2025, que autoriza o Poder Executivo Municipal efetuar a doação de veículo para a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Campinas do Sul, e dá outras providências.

RELATÓRIO

O projeto de lei foi protocolado nesta Casa em 26/06/2025, acompanhando o ofício PM 110/2025.

Veio acompanhado da exposição dos motivos, descritas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Não há emendas propostas ao Projeto de Lei.

A CUP se reuniu nesta data para emissão de parecer.

Em síntese.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

O presente projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a doação de veículo para a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Campinas do Sul, e dá outras providências.

A proposta atende a previsão do Artigo 74 do nosso Regimento Interno desta Casa:

Art. 74. Projeto de Lei Ordinária é o que se destina a regular matéria de competência do Município, sujeita à sanção do Prefeito, observado o disposto na Lei Orgânica.

Assinala o Artigo 30, I da CF/88:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

No mesmo norte a previsão do Artigo 6º, II da Lei Orgânica do Município:

Art. 6º Compete ao Município, no exercício de sua autonomia.

II - Elaborar suas Leis, expedir decretos a atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

Ou seja, trata-se de um Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, amparado na legislação acima referida, não havendo ilicitude ou irregularidade na proposta.

Na exposição de motivos, o Sr. Prefeito Municipal sinalizou que “a doação desse veículo representa um investimento na segurança e bem-estar da nossa população, além de valorizar o trabalho voluntário e a parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada”. Também é motivada a doação no sentido de fortalecer a capacidade de resposta da corporação, garantindo maior agilidade e eficiência nos atendimentos às ocorrências que envolvem risco de vida, patrimônio e meio ambiente.

Por fim, observa-se a boa técnica legislativa e juridicidade do Projeto de Lei.

Neste sentido, atento ao Parecer Jurídico já apresentado, opino pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei 052/2025, eis que inexistem vícios de iniciativa e atendem aos preceitos regimentais, Lei Orgânica do Município e Constituição da República.

São essas as considerações que levo ao conhecimento do Plenário em sessão ordinária para apreciação.

Sala de sessões, em 30 de junho de 2025.

Vereador Aldo Muller
Relator

DE ACORDO:

Presidente: Vereador Nilson Bartsch

Vice-Presidente: Vereador Carlos Alberto Zangrande